

RQ 1743/2009

Requerimento nº.  
(Da Deputada Érika Kokay)

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS:  
18/09/09  
HORA: 15h LOCAL: Assessoria de Plenário e Distribuição

Paulo Barbosa Pacheco Ao Setor de Protocolo Legislativo para registro e em seguida, à Assessoria de Plenário para análise de admissão e distribuição, observado o art. 132 do Ri.

Em, 26/08/09

Requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Casa, sobre o papel da imprensa na apuração dos fatos e na condenação antecipada dos suspeitos ou acusados.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com amparo no art. 145, do Regimento Interno, venho requerer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Casa, em 18 de setembro às 10 horas no Plenário, sobre o papel da

imprensa na apuração dos fatos e na condenação antecipada de suspeitos ou acusados. Ao Setor de Protocolo Legislativo para registro e em seguida à Presidência:

- ouvida a Mesa, para deliberar à vista do parecer de relator designado.
- por intermédio do Gabinete da Mesa Diretora, para deferimento ou indeferimento.

Em, / /

Justificação

PROTOCOLO LEGISLATIVO  
RQ Nº 1743/09  
Fls. Nº 03 Paula

Itamar Pinheiro Lima  
Chefe da Assessoria de Plenário

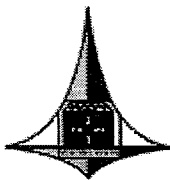
Notícias é a divulgação de fatos que, antes de serem conhecidos do público, reclamam uma pauta comprometida com a verdade. Além de investigar o profissional deve apurar os fatos, conferir a veracidade das informações, dar espaços para todos os lados apresentarem suas versões e, só depois tornar pública a matéria. A informação é um dos poderosos instrumentos da democracia, mas existem alguns parâmetros para nortear o seu uso pelos meios de comunicação.

A Constituição Brasileira não só garante a liberdade de expressão, mas também estabelece claramente os limites dos direitos e deveres dos meios de informação. Harmonizar, de um lado, a plena liberdade de imprensa e, de outro, as garantias individuais é uma tarefa árdua, mas possível.

A imprensa investigativa, cuja utilidade é de suma importância para o interesse público, não se pode deixar seduzir pelo “denuncismo”, quando ocorre nos casos em que a notícia transcende a apuração e a divulgação dos fatos, o que não raro tem levado a opinião pública a erro e a um juízo equivocados. Devemos ter em mente que o procedimento preparatório, acusação, julgamento e condenação são atos que competem, constitucional e

ASSESSORIA DE PLENÁRIO  
Recebi em 25/08/09 Gabinete da Dep. Erika Kokay  
Assessoria Matrícula 17325

60



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
Gabinete da Deputada Erika Kokay

---

legalmente, ao Poder Judiciário. Assim, não é correto que a notícia leve a coletividade a concluir pela culpabilidade do acusado antes do pronunciamento judicial.

Ao requerer essa audiência pública, queremos debater não só esse tema, como também lançar aqui na Casa o livro *“A justiça dos Lobos – porque a imprensa tomou meu lugar no banco dos réus”*, de José Cleves, que foi vítima de truculência policial no livre exercício de sua atividade profissional e do crédito dado pela imprensa à versão policial. É um relato e um estudo didático do papel equivocada da imprensa em escândalos como o que está relatado no livro.

Isso posto, não há dúvida a inegável relevância do tema abordado. Portanto, espero contar com o apoio dos nobres Deputados desta Comissão para a aprovação do presente Requerimento.

Sala das Sessões,            de agosto   de 2009.

  
Erika Kokay

**Deputada Distrital – Líder do PT**

